

DOIS LADOS DE UMA MOEDA: A NARRATIVA IDEOLÓGICA NA INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Onivan Elias de Oliveira¹

Desde o ano de 2007 que o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) faz uma coleta, sistematização, interpretação e divulgação de vários indicadores relacionados à temática da segurança pública, violência e criminalidade brasileira. Esses dados após sistematizados são lançados numa publicação denominada de Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP) que tem a sua primeira edição em 2007 e a 17ª edição em 2023.

Em sua página eletrônica² o FBSP informa que:

É uma organização não-governamental, **apartidária** e sem fins lucrativos que se dedica a construir um ambiente de referência e cooperação técnica na área da Segurança Pública. A organização é integrada por pesquisadores, cientistas sociais, gestores públicos, policiais federais, civis e militares, operadores da justiça e profissionais de entidades da sociedade civil que, juntos, contribuem para dar transparência às informações sobre violência e políticas de segurança e encontrar soluções baseadas em evidências. É assim que a atuação do FBSP vem permitindo que os dados existentes sejam convertidos em insumo para a ação política. Mais do que a produção e divulgação de informações, busca-se **consolidar uma narrativa** que seja assumida como crível e capaz de mudar o cotidiano da população, fugindo da lógica perversa que retroalimenta um quadro de insegurança crescente e reproduz padrões e de culturas políticas que aceitam a violência como linguagem. (grifei).

Referindo especificamente ao seu produto que atrai anualmente bastante atenção midiática, ou seja, o Anuário, está consignado também na página eletrônica que:

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública **se baseia em informações fornecidas pelas secretarias de segurança pública estaduais, pelas polícias civis, militares e federal, entre outras fontes oficiais da Segurança Pública**. A publicação é uma ferramenta importante para a promoção da transparência e da prestação de contas na área, contribuindo para a melhoria da qualidade dos dados. Além disso, produz conhecimento, incentiva a avaliação de políticas públicas e promove o debate de novos temas na agenda do setor. Trata-se do mais amplo retrato da Segurança Pública brasileira. (grifei).

Ainda na estrada de conhecimento sobre o perfil da organização que se diz “apartidária e sem fins lucrativos”, merece um destaque ao consultar a página eletrônica do “Portal da Transparência³”, constata-se o recebimento volumosos

¹ Coronel da Reserva Remunerada da Polícia Militar da Paraíba e Acadêmico fundador da Academia de Letras dos Militares Estaduais (ALMEP), ocupando a cadeira nº 07.

² <https://forumseguranca.org.br/>

³ <https://portaldatransparencia.gov.br/busca/pessoa-juridica/08011968000125-forum-brasileiro-de-seguranca-publica?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2Corgao%2CunidadeGestora%2CnumeroLicitacao%2CdataAbertura&id=418750>

recursos públicos do governo federal por parte da aludida empresa como contrapartida de alguns serviços executados.

Os dados cadastrais informam que a natureza jurídica da entidade é uma Associação Privada sem fins lucrativos, inscrita sob o CNPJ nº 08.011.968/0001-24 e seu quadro societário é formado por Sérgio Ricardo de Lima e Samira Bueno Nunes.

No quadro abaixo evidencia-se parte dos valores recebidos pela entidade mediante convênios com órgãos da administração pública federal ao longo de alguns anos.

Quadro 1 – Ações e valores recebidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública mediante convênios com o governo federal.

Data	Valor	Ação
29/12/2008	R\$ 5.292.623,03	Investigação, desenho e proposição de estratégias de prevenção da violência entre adolescente.
30/12/2010	R\$ 3.688.507,78	Aprimorar técnica e metodologicamente processos e procedimentos de produção de estatísticas e análise criminal sobre segurança pública; fortalecer canais de disseminação e publicização de dados sobre a política nacional de segurança pública; produzir materiais com vistas a subsidiar gestores; sistematizar práticas e parâmetros de monitoramento e avaliação de políticas.
16/07/2015	R\$ 489.960,90	Realizar um diagnóstico do atual cenário da produção de dados nas temáticas de segurança pública e sistema prisional em âmbito nacional, através do mapeamento das principais bases de dados disponíveis sobre essas temáticas, do diagnóstico dos setores de produto de estatísticas criminais e prisionais, bem como da elaboração de relatórios descritivos e analíticas com base em dados secundários disponíveis
17/07/2015	R\$ 291.100,69	Fortalecimento e modernização das instituições de segurança pública
17/07/2015	R\$ 198.860,21	Capacitação e qualificação em serviços penais
21/12/2018	R\$ 340.000,00	Contribuir para a articulação entre os diversos segmentos para o enfrentamento a violência contra a mulher
26/12/2018	R\$ 340.000,00	Apoio e fomento à projetos de defesa de direitos difusos
Total	R\$ 10.641.052,61	

Fonte: Elaboração própria com Portal da Transparência, 2024.

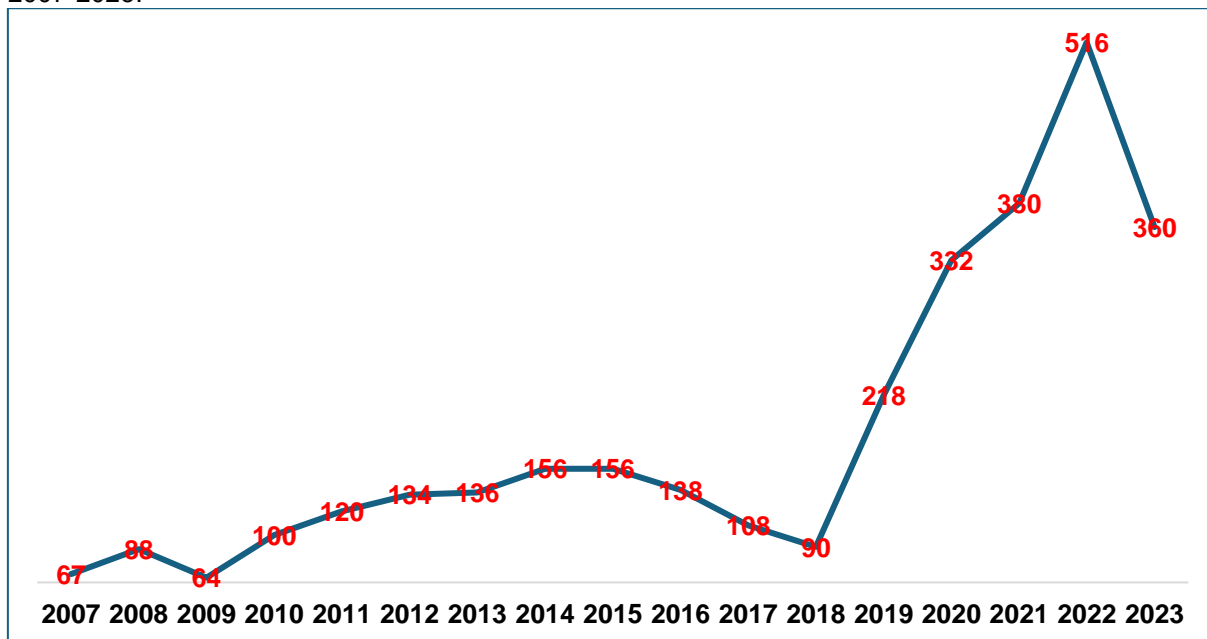
Os valores e ações desenvolvidas pelo FBSP custaram aos cofres públicos federais uma soma superior a R\$ 10 milhões de uma década de parceria entre o público e o privado para produzir dados e orientações que provavelmente no próprio corpo de servidores públicos federais é possível desenvolver os produtos anunciados.

Nesse diapasão, decidiu-se então fazer uma análise nas interpretações dos dados publicados nos respectivos Anuários Brasileiro de Segurança Pública (ABSP), a partir da sua primeira edição em 2007, comparando com as menções aos Presidentes da República e suas políticas públicas de segurança.

Para tanto fez uso de uma busca em cada edição do ABSP (2007-2023), utilizando-se para tanto as palavras-chave: “Presidente(a) da República, Lula (Luiz Inácio), Dilma, Michel Temer e Jair Bolsonaro.” Acrescentou-se no entanto a palavra “Negacionismo” por se tratar de algo bastante inédito nos textos interpretativos de vários estudiosos em segurança pública e que numa das edições fora utilizada.

A pesquisa foi realizada nas versões em PDF de cada Anuário disponibilizado na página eletrônica oficial do FBSP.

Gráfico 1 – Quantidade de páginas do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, de acordo com o ano, 2007-2023.



Fonte: Elaboração própria com FBSP (todas as edições), 2024.

Constata-se que desde a primeira edição em 2007 o ABSP vem aumentando a quantidade de páginas produzidas. A média no período foi de 186 páginas, tendo o mínimo de 64 em 2009 e o máximo de 516 em 2022. Na série histórica (2007-2023) o aumento atingiu 437%.

Tabela 1 – Palavra-chave procurada no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, de acordo com o ano, 2007-2023.

Ano	Presidente	Lula	Dilma	Temer	Bolsonaro	Negacionista
2007	0	0	0	0	0	0
2008	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0
2011	0	0	0	0	0	0
2012	0	1	1	0	0	0
2013	0	0	0	0	0	0
2014	1	0	2	0	0	0
2015	0	0	0	0	0	0
2016	0	0	0	0	0	0
2017	0	0	0	0	0	0
2018	0	0	0	0	0	0
2019	1	0	0	1	0	0
2020	4	0	4	0	5	1
2021	7	0	0	2	12	0
2022	5	0	0	1	5	0
2023	0	0	0	2	6	2

Fonte: Elaboração própria com FBSP (todas as edições), 2024.

Para alcançar o objetivo proposto construiu-se uma planilha em forma *Microsoft Excel 365* distribuindo em colunas cada uma das palavras-chave citadas anteriormente, conforme mostrada na tabela 1.

A palavra “Presidente” quando se referia aos nomes dos integrantes da Diretoria Executiva do FBSP ou ao “Vice-Presidente” da República, foi excluída da contagem. Limitou-se a contabilizar apenas nos trechos onde ela estava atrelada ao nome do(a) Presidente do Brasil.

A primeira vez que fora usada uma das palavras-chave pesquisada, foi em 2012 na 6ª edição do ABSP na página 51. E foi apenas no título do gráfico 07 “Evolução das despesas com segurança pública e defesa nacional”, mencionando os nomes de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Não houve nenhum comentário, apenas o emprego no título do gráfico.

No Anuário de 2013 não houve nenhuma menção aos nomes pesquisados. Retorna alguma citação a partir do ano de 2014, conforme os seguintes trechos:

Qualquer que seja a resposta será necessário resgatar o vínculo entre a política prisional e a política pública de segurança. Reeleita presidente, Dilma Rousseff teve como principal proposta para esta área a articulação das forças de segurança, no âmbito dos Centros Integrados de Comando e Controle utilizados durante a Copa do Mundo. (FBSP, 2014, p. 82)

No recém-pronunciado discurso da vitória, Dilma disse que diálogo será o fio condutor de seu segundo mandato. Que venha o diálogo e que ajude a ampliar o horizonte de alternativas que, na sua forma hegemônica, **pouco contribuiu para que avanços alcançados** em outras áreas tivessem paralelo no sistema prisional. (FBSP, 2014, p. 83, grifei).

Somente a partir do Anuário publicado em 2019 é que evidencia-se a perenidade do uso para as análises dos dados do nome de algum Presidente da República. Doravante se apresenta como uma característica do Fórum Brasileiro de Segurança Pública associar às políticas públicas de cada governo federal os indicadores e resultados mensurados.

Se o ano de 2017 foi dramático, tudo levava a crer que a inércia dos conflitos iria seguir adiante. Mas não foi o que ocorreu em 24 das 27 unidades da federação. Ao longo de 2018, no último ano do governo do presidente Michel Temer, **ao contrário do que se esperava, a situação dentro e fora dos presídios foi se distensionando**. A quarta grande rebelião prisional não veio e os ânimos no interior dos cárceres foram se abrandando. (FBSP, 2019, p. 38, grifei).

Em 2020 passa a ser o ano que teve o segundo maior número de trechos empregando uma das palavras-chave pesquisadas conforme se constata abaixo.

No caso brasileiro, com mais de 150 mil mortes até o começo de outubro, a pandemia de Covid-19 revelou não só a força de milhões de brasileiros e brasileiras dispostas a arregaçar as mangas e enfrentar o novo coronavírus com as armas da ciência e do conhecimento, mas também a capacidade de mobilização e superação de uma sociedade dinâmica e plural, **mesmo diante da popularidade de um presidente da República negacionista e despreocupado com vidas**. (FBSP, 2020, p. 14, grifei).

Não obstante o ambiente político-institucional de 2010 caminhar para a formação de uma conjuntura crítica, onde mudanças têm força para anular trajetórias de dependência, Dilma Rousseff assumiu o governo em um

momento em que os projetos subnacionais como o Pacto pela Vida ou as UPP começavam a perder força e os índices criminais apontavam para um forte movimento ascendente, **cujo pico se deu entre 2016 e 2017, com cerca de 65 mil Mortes Violentas Intencionais. Os resultados ruins** e a crise econômica tensionavam a força da ideia de integração e, em uma decisão que julgo equivocada e baseada em uma visão estreita de que segurança pública é matéria estadual, a gestão Dilma Rousseff desmontou as estruturas federais criadas entre 2001 e 2009 e focou seus esforços na segurança em investimentos focados na organização dos grandes eventos que marcaram a década passada (Olimpiadas, Marcha Mundial da Juventude, Copa do Mundo da Fifa, entre outros). (FBSP, 2020, p. 161, grifei).

É fato que, sozinha, a opção feita pela gestão Dilma Rousseff não explica e/ou é a responsável pela conjuntura da segurança pública, muito pelo contrário. Estamos diante de uma área profundamente perpassada por múltiplos interesses e dilemas. Porém, em termos de análise política, é interessante identificar seus movimentos, pois são eles que darão suporte a muitos dos argumentos públicos dos que irão se candidatar a cargos eletivos e ocupar essas mesmas posições de Poder. Se antes havia contrapontos políticos que sinalizavam prioridade para as forças policiais, agora não mais e a segurança pública foi se tornando cada vez mais um território hostil para propostas externas de mudança, especialmente aquelas vindas dos espectros ideológicos de esquerda e centro-esquerda. (FBSP, 2020, p. 161, grifei).

Não à toa, em termos eleitorais, em 2018, a proporção de policiais eleitos foi três vezes maior do que em 2010, de 7,9%, mas inferior ao pico de 11,8% obtido em 2016, ano marcado pelo Impeachment da presidente Dilma Rousseff, pela profunda crise econômica e pelo ápice da Operação Lava-Jato, que colocaram o Partido dos Trabalhadores no corner e viabilizaram a eleição de Jair Bolsonaro para presidente da República. O que os dados do TSE sugerem é que policiais tendem a ser mais eleitos em contextos de crises e de reversão de expectativas não apenas no ambiente econômico mas de prioridades e ideologias políticas. No caso da segurança pública, o crescimento do fenômeno dos policiais na política precisa ser matizado pelos múltiplos movimentos do campo, mas também precisa ser lido pela **construção de uma narrativa que tem conseguido resumir a política à guerra contra o mal, na qual os policiais são vistos como os guerreiros que irão repor a ordem, a moral e os bons costumes. E, de forma adicional, guerreiros injustiçados e desvalorizados pelos “governos de esquerda”.** (FBSP, 2020, p. 161, grifei).

O foco político dos candidatos ligados à segurança pública desloca-se para a defesa da ideia de enfraquecimento das travas legais impostas aos policiais e para a liberdade de eles próprios determinarem a legitimidade da narrativa e das ações que estruturam as representações sociais acerca dos rumos e sentidos das políticas de segurança pública e de administração de conflitos de uma sociedade – **a exemplo da defesa por parte de Jair Bolsonaro da ampliação da excludente de ilicitude, que tomou conta do noticiário político da área em 2019, para todas as mortes decorrentes de intervenção policial, independentemente de investigação sobre a legitimidade dos fatos geradores de tais mortes e o controle da legalidade feito pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário.** (FBSP, 2020, p. 162, grifei).

E a escolha do Desembargador Kássio Nunes Marques para o STF, pelo Presidente Jair Bolsonaro, seria mais uma evidência da volta deste protagonismo. De uma forma ou de outra, a Lava Jato perdeu apelo e os policiais candidatos parecem se realinharem à lógica da realpolitik conservadora vigente até 2016. (FBSP, 2020, p. 163)

Em sentido oposto, **o melhor desempenho de agremiações de esquerda e centro-esquerda ocorreu em 2012**, quando 25,6% dos policiais candidatos às eleições municipais daquele ano concorreram por partidos desse espectro político-ideológico. **No gráfico 1, também é válido notar que, em 2018, os partidos à esquerda conquistaram menos policiais candidatos para as suas fileiras**, quando apenas 10,1% dos policiais candidatos concorreram filiados a um desses partidos e Jair Bolsonaro foi eleito com um **discurso de ultradireita estruturado na promessa de ordem, criminalização da esquerda/movimentos sociais e de conservadorismo nos costumes**. Em 2020, este percentual sobe ligeiramente e atinge 12,4% do total de candidaturas. (FBSP, 2020, p. 164, grifei).

Também não se pode esquecer que **a legislação favorece a candidatura de policiais**, pois permite que sejam registradas sem a necessidade de disputar vagas nas convenções partidárias. Por fim, **a presidência de Jair Bolsonaro serve de incentivo para que os policiais se lancem na disputa pelos votos da população**. (FBSP, 2020, p. 206, grifei).

Chegado o ano de 2021, véspera de eleição presidencial, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública faz a maior quantidade de menções ao então Presidente Jair Bolsonaro sempre com um viés de crítica negativa, embora os principais indicadores mensurados apresentassem melhorias consideráveis quando comparados aos períodos anteriores ao ano de 2019.

A aprovação do SUSP visava reagir ao ápice de crimes que fez 2017 o ano mais violento da história do Brasil. O SUSP foi a forma encontrada para dar mais eficiência e integrar ações. Para tanto, o relator do PL aprovado, o ex-deputado Alberto Fraga (DEM/DF), recorreu a um dos poucos consensos que unem policiais, sociedade civil e autoridades estaduais e federais, sejam de direita, centro ou esquerda. Todavia, tudo o que foi construído em 2018 foi **negligenciado pela gestão Bolsonaro**. No plano político, o presidente Bolsonaro não está preocupado com a cooperação ou eficiência técnica do trabalho policial. Ao contrário, tem estimulado a ampliação de padrões operacionais pautados no confronto e na guerra (ampliação da excludente de ilicitude, elogios a operações com resultado morte). Bolsonaro também estimulou o confronto com governadores (o apoio ao motim da PM no Ceará, em fevereiro de 2020, é talvez o maior exemplo) e a **radicalização ideológica de policiais. Há uma convergência entre a visão de mundo de seu governo e àquela majoritária entre os policiais brasileiros, tema que já foi explorado na edição 2020 do Anuário**. (FBSP, 2021, p. 24, grifei).

E isso ocorre, na prática, porque a **gestão Bolsonaro está aproveitando o seu alinhamento ideológico com policiais e o temor que os governadores têm de suas polícias** para tentar fazer de seu projeto político sinônimo de modernização “técnica” da segurança. (FBSP, 2021, p. 25, grifei)

Mesmo o crescimento das transferências do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP para as Unidades da Federação, que é alardeado como uma ação do governo federal, é, na verdade, uma herança recebida do Governo Temer, que em 2018 alterou as regras das Loterias da Caixa para que a segurança pública recebesse repasses oriundos dessas apostas. Em 2020, quase todo o dinheiro transferido às UF veio da Caixa, que repassou cerca de 1,56 bilhão para o FNSP e outros R\$ 170 milhões para o Fundo Penitenciário Nacional. **O GOVERNO BOLSONARO NÃO INOVOU EM NADA NA SEGURANÇA PÚBLICA**. (FBSP, 2021, p. 25, grifei).

Em síntese, a evolução das mortes violentas intencionais mostra que os problemas da segurança pública estão, em um primeiro olhar, adormecidos

diante da urgência e gravidade da pandemia de Covid-19. Mas, se olhados com mais detalhes, eles revelam que as Unidades da Federação e as polícias estaduais estão abandonadas à sua própria sorte. Estamos no compasso de espera da próxima crise, do próximo crime espetacular e/ou da nova “guerra”. **Enquanto isso, o principal objetivo do SUSP, que era estabelecer novas regras de pactuação federativa, não foi adiante em 2020 durante a gestão Bolsonaro** e, com isso, a área perde potencial e eficiência ao não investir em cooperação, articulação e coordenação. Muitas ações pontuais e burocráticas são feitas, mas não se sai do lugar. O tom é meramente retórico e político ideológico. Segurança Pública continua não sendo política de Estado e condição prévia e fundamental para o exercício pleno da vida e da cidadania. (FBSP, 2021, p. 29, grifei).

O conceito de contramovimento social, traduzido do inglês *backlash* (PAYNE; SANTOS, 2020), dá conta da transformação desses ressentimentos coletivos em plataforma política, transformação que aporta, inclusive, rendimento eleitoral às pautas anti-LGBT e anti-feministas. O próprio presidente Bolsonaro as mobilizou em campanha e continua mobilizando ao longo de todo o mandato, o que não é insequente. O desdobramento deste tipo de mobilização é o acirramento de conflitos sociais em torno de orientação sexual, identidade de gênero e desigualdades que os tangenciam. (FBSP, 2021, p. 80)

Um exemplo emblemático da convergência entre bolsonarismo e lgbtfobia é revelado pela pesquisa intitulada *Política e fé entre os policiais militares, civis e federais do Brasil* (FBSP, 2020), produzida pelo FBSP em parceria com a empresa Decode, que indicou alta incidência de comportamento LGBTfóbico entre policiais militares nas redes sociais, mesmo grupo em que foi detectado maior apoio ao presidente e à ruptura institucional, por vezes tendo como proxy, ou símbolo, o antagonismo em relação ao STF. (FBSP, 2021, p. 80)

O crescimento veloz também se demonstra para a aquisição de novas armas. Os números mostram que uma parcela da população atendeu ao chamado do Presidente da República aumentando o arsenal civil com a aquisição de armas novas. Foram registradas 186.071 armas novas por civis (aumento de 97,1% em comparação com 2019). Isso mostra que os incentivos dados pelo Governo Federal na forma de afrouxamento dos mecanismos de controle e ampliação de tipos de armas e calibres vem dando resultados, **ainda que permaneça estável em cerca de 70% a quantidade de brasileiros e brasileiras que são contra a flexibilização do acesso às armas, conforme demonstram pesquisas de institutos como Datafolha e Ipec**. Estados como Piauí, Bahia e Alagoas apresentaram crescimento muito acima da média nacional, chegando a 691% neste último. (FBSP, 2021, p. 146, grifei).

Essas e outras lacunas comprovam que o caminho para uma política de armas no Brasil transparente e permeável ao controle da sociedade civil ainda é bastante longo – e, para agravar o risco a que cada um de nós estamos sendo expostos, **essa distância só tem aumentado com os arroubos normativos irresponsáveis do Presidente da República** e o silêncio sepulcral do Congresso Nacional. (FBSP, 2021, p. 148, grifei).

Este recurso só foi possível graças a Medida Provisória 841, de 2018, que foi convertida na lei 13.756 de 12 dezembro de 2018 pelo ex-presidente Michel Temer, e garantiu recursos permanentes oriundos das verbas das loterias geridas pela Caixa Econômica Federal (CEF) para o Fundo Nacional de Segurança Pública e para o Fundo Penitenciário Nacional. Dados extraídos do relatório de Repasses Sociais da Caixa indicam a transferência de valores de R\$1.5 bilhões para o FNPS e de R\$170 milhões para o Fundo Penitenciário Nacional. (FBSP, 2021, p. 164)

A mudança na legislação do Fundo Nacional de Segurança Pública se deu no contexto de aprovação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), instituído pela lei 13.675 de junho 2018, que criou também a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. Embora a gestão Bolsonaro tenha ignorado por completo o SUSP e a Política Nacional em termos programáticos, beneficiou-se de seus instrumentos e recursos financeiros disponíveis. (FBSP, 2021, p. 164)

Assim como a avaliação que o policial faz do governo Bolsonaro, sabidamente defensor da flexibilização da posse e porte de armas de fogo. Muitos trabalham em atividades de segurança privada durante a folga e precisam de armas particulares para o exercício do “bico”. Assim, são muitos e diversos os potenciais fatores e os motivos subjacentes para apoiar ou rejeitar o armamento civil. (FBSP, 2021, p. 305)

Com relação à religião, duas variações chamam a atenção. Os que se declaram sem religião demonstram um apoio muito maior que a média à proibição de armas (26,1%), sugerindo uma preocupação humanitária superior aos que dizem ter alguma religião. O segundo aspecto é que entre os Evangélicos é nítido o menor apoio à proibição total e o maior apoio a liberação das armas, especialmente entre os Pentecostais. Isto pode ter relação com alguma afinidade conceitual entre a ética evangélica e as teses armamentistas ou pode ser um efeito indireto, como veremos, do apoio do presidente à flexibilização das armas, que tem nos evangélicos um dos principais eixos de sua base eleitoral e procura, quase sempre, modular seus discursos para a parcela desse segmento religioso da população que o apoia. (FBSP, 2021, p. 306)

Finalmente, o questionário traz uma bateria de questões sobre o enfrentamento à Covid-19 e particularmente duas que medem indiretamente o apoio ao governo federal. A primeira perguntava ao entrevistado “O quanto você concorda que as medidas como utilização de medicamentos como cloroquina, azitromicina, ivermectina são adequadas para prevenir a Covid-19?” e a segunda se o entrevistado “acredita que o Governo Federal está realizando ações para auxiliar seu trabalho na pandemia?”. Embora não sejam perguntas diretas sobre o apoio ao governo Bolsonaro, acreditamos que sejam boas medidas substitutas (proxies) deste conceito. Bolsonaro fez sua carreira política defendendo demandas das polícias e da indústria de armas e sabe-se que existem afinidades eletivas entre o **ideário bolsonarista e o ideário policial. Em outras palavras, a hipótese aqui é que o apoio ao governo Bolsonaro aumenta a chance de apoio à liberação irrestrita as armas** (ou vice-versa, pois o sentido da associação pode ser inverso). (FBSP, 2021, p. 306, grifei).

Nitidamente a busca foi de associar à política pública do governo federal de Jair Bolsonaro a uma espécie de “discriminação” maciça das classes vulneráveis ou minorias, bem como liberação ampla e irrestrita de acesso às armas de fogo. A tônica das mensagens subliminares foi nessa direção.

Em 2022 embora tenha diminuído a quantidade de menções ao nome ou política de segurança pública do Presidente Jair Bolsonaro, o teor permaneceu de desacreditar os bons indicadores que o país vivenciava no período.

Como exemplo, até o primeiro semestre de 2022, muitos dos mecanismos de avaliação e monitoramento da política nacional de segurança pública e defesa social não foram implementadas pela gestão Bolsonaro, como a avaliação bienal prevista na legislação, a criação do SINAPED (Sistema de Avaliação contínua das ações previstas) e/ou o funcionamento pleno do Conselho Nacional de Segurança Pública. Ainda em 2018, o Governo Federal fez aquela que talvez seja a mais significativa medida nacional para área

desde a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública, em 2001. Houve uma mudança nas regras de repasse de recursos arrecadados pelas Loterias da Caixa que, na prática, fez com que cerca de 80% de todo o dinheiro da segurança repassado para estados e Distrito Federal de 2019 a 2020 tenha as loterias como origem e, com isso, novos recursos puderam ser destinados a área. Contudo, em 2021, o Governo Bolsonaro optou por financiar o repasse as UF do Fundo Nacional de Segurança Pública exclusivamente com os recursos das loterias, retirando recursos da área. (FBSP, 2022, p. 39)

Entretanto, **considerando a política de flexibilização dos mecanismos de controle, supervisão e rastreabilidade de armas de fogo e munições que tem sido posta em prática pelo governo do presidente Jair Bolsonaro, e importante ressaltar que os dados disponíveis não autorizam o discurso segundo o qual o crescimento na quantidade de armas de fogo em circulação, sobretudo a partir das licenças de CAC (Caçadores, Atiradores e Colecionadores) teria provocado a queda das mortes violentas intencionais no Brasil.** (FBSP, 2022, p. 41, grifei).

As três datas resultam de longos processos de mobilização e luta em torno do **reconhecimento** de injustiças direcionadas contra **grupos específicos** em função das especificidades que os definem ser pessoa, ser LGBTQI+, constituindo datas simultaneamente comemorativas e mobilizadoras de lutas e pautas daqueles que formam seus respectivos movimentos. Ainda a este respeito, cabe ressaltar que recentemente o Presidente da República, Jair Bolsonaro vetou integralmente o PL 5.466/2019, cuja proposta é mudar a designação para Dia dos Povos Indígenas. A mudança reconheceria como válida e formalizaria a reivindicação de diversos povos e movimentos indígenas que afirmam que a noção de índio constitui um estereótipo colonialista equivocado, que alimenta a discriminação, em oposição a indígena que designa povos originários. (FBSP, 2022, p. 130)

O Governo Federal, que poderia induzir novos modelos de governança e financiamento, abriu mão de assumir uma liderança mais ativa da segurança pública brasileira e apenas tratou do tema de forma secundária e/ou dando atenção as polícias federais. A priorização da pauta pelo governo federal, que seria capaz de alterar a correlação de forças no Congresso, ficou à mercê das crises e dos crimes espetaculares que dominam a mídia e as redes sociais. Antes de Jair Bolsonaro, todos os ex-presidentes da República desde 1989 buscaram não se envolver diretamente com a área e deixaram as polícias estaduais isoladas e/ou apenas deram suporte financeiro as Unidades da Federação. Muitos presidentes acreditavam que segurança pública era uma agenda dos governadores e que não era politicamente pertinente se envolver com ela. Assim, nenhum dos sete Programas ou Planos Nacionais criados por equipes do Ministério da Justiça e Segurança Pública entre 1990 e 2018 teve o apoio incondicional da presidência da República. Não à toa, quase todos, com exceção do Pronasci, de 2006, foram formulados com o objetivo de incrementar a eficácia e a eficiência do que já existia. (FBSP, 2022, p. 483)

O único dos planos que deslocou, mesmo que não totalmente, o foco dos aspectos de gestão para a necessidade de estrutura de mecanismos de governança democrática das polícias foi o SUSP (Sistema Único de Segurança Pública), gestado em 2004, mas só aprovado, desidratado, em 2018. Mas mesmo ele não teve o apoio necessário pelo ex-presidente Michel Temer (SPANIOL; MORAES Jr.; RODRIGUES, 2020. FIGUEIREDO, I; BARROS, B. W.; LIMA, R. S. 2021). (FBSP, 2022, p. 484)

Por fim, no Anuário de 2023, último da série pesquisada, seguindo a característica do ano anterior, embora a diminuição da quantidade de menções, o tom das críticas ideológicas negativas permaneceu no patamar dos anteriores.

O resultado dessas e de outras pesquisas indicam claramente que as polícias, que já eram instituições refratárias à promoção de direitos de grupos subalternizados e discriminados, **estão se tornando cada vez mais politizadas e atuantes contra esses segmentos populacionais**. A posição do governo Bolsonaro era bastante evidente: integrar redes nacionais e internacionais de contramovimentos sociais (backlash), promovendo desinformação, discurso de ódio e destruição das infraestruturas e redes de proteção e promoção de direitos de comunidades tradicionais, deficientes, migrantes, mulheres, negros e LGBTQIA+(INTITUTO MATIZES, 2023; PAYNE, SANTOS, 2020; IPEA, FBSP, 2021; MIGUEL, 2021). (FBSP, 2023, p. 115)

Explicar esse crescimento é um desafio. No relatório “Visível e Invisível” nós destacamos três hipóteses principais: 1) em primeiro lugar, ressaltamos o desfinanciamento das políticas de proteção à mulher por parte da gestão de Jair Bolsonaro, que registrou a menor alocação orçamentária em uma década para as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher (FBSP, 2022); 2) chamamos a atenção para o impacto da pandemia de covid-19 nos serviços de acolhimento e proteção às mulheres, que em muitos casos tiveram restrições aos horários de funcionamento, redução das equipes de atendimento ou mesmo foram interrompidos; 3) por fim, não há como dissociar o cenário de crescimento dos crimes de ódio da ascensão de movimentos ultraconservadores na política brasileira, que elegeram o debate sobre igualdade de gênero como inimigo número um. (FBSP, 2023, p. 137)

Apesar de existir uma percepção de que o recente crescimento na busca por armas de fogo no país começou durante o governo Bolsonaro, a realidade é mais complexa. Ainda durante o governo de Michel Temer¹ foi criada a figura do porte de trânsito, conhecido no meio do tiro desportivo por “porte abacaxi”. A medida permitia que caçadores, atiradores desportivos e colecionadores (CAC) fossem dos locais onde estavam seus acervos até clubes de tiro ou locais de caça com uma arma municiada e pronta para uso. Uma novidade que atraiu muita gente, principalmente pessoas que não conseguiam o porte de armas para defesa pessoal por meio da Polícia Federal e que viram nessa novidade a oportunidade de circularem armadas pelas ruas. (FBSP, 2023, p. 137)

Porém, com a chegada de Bolsonaro ao poder, além da manutenção do porte de trânsito e sua ampliação, com a autorização para que CAC pudessem circular armados por quaisquer trajetos entre os locais de acervo e seus destinos e vice-versa², foram editadas dezenas de medidas com o objetivo de facilitar a aquisição de grandes quantidades de armas e munições, assim como o acesso a armas de calibres que até então eram restritos. Em decretos editados ainda no primeiro semestre, em 2019, o governo modificou a classificação de calibres para permitir que a população pudesse adquirir armas que eram de uso restrito a forças de segurança e militares, pistolas calibre 9mm e revólveres calibre 357 passaram a ser de fácil acesso, incluindo alguns modelos de fuzis. (FBSP, 2023, p. 137)

Os anos Bolsonaro provocaram profundas mudanças no mercado legal de armas de fogo. Armas que antes eram de calibre restrito passaram a ser de calibre permitido e algumas, como a pistola 9mm, passaram a aparecer como as armas mais vendidas no país. Porém, isso também transformou o mercado ilegal. Porque a conexão entre os mercados legal e ilegal sempre existiu, mas a dimensão que o mercado legal tomou acabou influenciando o ilegal. Já há relatos de policiais da linha de frente que indicam que a pistola calibre 9mm tem sido uma das armas mais apreendidas por forças policiais, ocupando um lugar que historicamente foi ocupado por revólveres, principalmente os

adquiridos nas décadas de 80 e 90, quando o controle era quase inexistente. (FBSP, 2023, p. 229)

Tendo em vista esse contexto e os dados apresentados até o momento, iniciativas como o “Novo Socioeducativo” que inaugura a possibilidade de Políticas Público-Privadas (PPPs) no âmbito da socioeducação vão em direção contrária ao que se esperaria em termos de ações públicas para proteção dos adolescentes. O projeto foi estruturado pela CAIXA, em conjunto com o então Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimento (SPPI) do Ministério da Economia e em parceria com o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS). O acordo foi consolidado durante a gestão do governo de Bolsonaro, mas não chegou a entrar em vigor naquele momento. (FBSP, 2023, p. 331)

Por fim, concordando com Sofia Reinach e Fernando Burgos, que reconhecem a importância da instituição escolar na identificação e enfrentamento da violência vivenciada por estudantes, é fundamental aproveitar esse *locus* privilegiado de percepção de situações de violência para a construção de respostas mais efetivas e que permitam uma reflexão crítica que desnaturalize situações de violência e combata a disseminação de negacionismos e ideias autoritárias. Os dados da Prova Brasil ajudam a dar um contexto geral, mas é importante que avancemos com outras pesquisas e investigações. (FBSP, 2023, p. 357)

Conforme demonstrado, o ano de 2023 permaneceu com as menções interpretativas dos dados dos indicadores de segurança pública, violência e criminalidade, sendo associada à figura da pessoa do presidente e não do governo como um todo. Embora o período 2019-2022 tenha apresentado os melhores resultados em toda a série dos Anuários pesquisados, isso não foi o suficiente para constar ou merecer alguma menção com destaque amplamente positivo. Nas simplórias e insignificantes vezes que isso ocorreu vinha seguida de uma tentativa de ofuscamento.

Considerações Finais

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) desde o ano de 2007 faz publicar o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP), mensurando e analisando vários indicadores da segurança pública, violência e criminalidade no Brasil. A sua edição mais recente é a 17ª do ano 2023.

Ficou evidenciado a mudança significativa da linha editorial da mencionada publicação anual, a partir de 2020 com os dados de 2019, início da gestão do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro.

Até então pode-se constatar que a associação dos *scores* obtidos nos diversos indicadores aos Presidentes da República do período e suas políticas públicas de segurança era irrelevante ou insignificante. No entanto, com a chegada do Jair Bolsonaro ao poder, mudou completamente a postura das análises e comentários da publicação analisada.

Entre 2007 e 2017 o Brasil vivenciou o aumento contínuo de vários indicadores de violência e criminalidade. Ainda assim, não há registros de menções aos fracassos dos Presidentes da República nas interpretações e análises. Ao contrário, há um silêncio sepulcral. Concomitantemente até 2018 foi o período em que a entidade Fórum Brasileiro de Segurança Pública recebeu mais de R\$ 10 milhões em

convênios com o governo federal. Diferente de o período de 2019-2022, que teve os melhores resultados, as menções sempre foram no sentido de ofuscar tal fato.

Por fim, como dito, o Brasil vivenciou até o ano de 2017 crescentes aumentos de homicídios, latrocínios e outras mortes violentas sem que o Fórum Brasileiro de Segurança Pública fizesse menção de forma contundente às fracassadas políticas de segurança pública dos respectivos Presidentes da República em cada período. Ora, se os próprios dados dessa entidade demonstram que o período 2019-2022 foi bem melhor do que os demais anteriores, de algum modo alguma política pública estabelecida pelo Presidente de então trouxe bons frutos que, de modo, algum, foram enfaticamente mencionados, deixando desse modo patenteado o modo ideológico na interpretação dos dados, evidenciado pelo termos usados ao se referirem à pessoa do Presidente Jair Bolsonaro.